

DA TERRA QUERIDA À PÁTRIA ALCANÇADA:  
OSCABANOS E OS LOCAIS DE ESQUECIMENTO NOS ESCRITOS SOBRE A  
INDEPENDÊNCIA DO PARÁ

FROM THE BELOVED LAND TO THE ACHIEVED HOMELAND: THE  
CABANOS AND THE PLACES OF OBLIVION IN THE WRITINGS ABOUT THE  
INDEPENDENCE OF PARÁ

Magda Ricci<sup>1</sup>

61

**Resumo**

*Ancorado no intenso debate historiográfico, o artigo apresenta as distintas interpretações sobre a independência do Brasil e o processo ocorrido no antigo Grão-Pará, instigado pelo olhar para as lutas que moveram os povos amazônidas. Trata igualmente da análise do processo histórico, político e historiográfico em torno de conceitos-chave para a compreensão histórica do período em questão, como liberdade, patriotismo e cidadania. Para isso, recupera diferentes temporalidades da historiografia brasileira e amazônica sobre os contextos das lutas napoleônicas, sobre o processo de independência do Brasil no Pará e sobre o movimento político e social da Cabanagem.*

**Palavras-chave:** Independência, Grão-Pará, memória, historiografia, Cabanagem

**Abstract**

*Anchored in the intense historiographical debate, the article presents the different interpretations of the independence of Brazil and the process that took place in the former Grão-Pará, instigated by looking at the struggles that moved the Amazonian peoples. It also deals with the analysis of the historical, political and historiographical process around key concepts for the historical understanding of the period in question, such as freedom, patriotism and citizenship. For this, it recovers different temporalities of Brazilian and Amazonian historiography on the contexts of the Napoleonic struggles, on the independence process of Brazil in Pará and on the political and social movement of Cabanagem.*

**Keywords:** Independence, Grão-Pará, memory, historiography, Cabanagem

---

<sup>1</sup> Historiadora, Mestre e Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com Pós-doutorado na Universidade de Barcelona. Professora do curso de História e do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. E-mail: magdaricci@uol.com.br

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

Independência política e patriotismo são conceitos muitas vezes correlatos e irmãos. No entanto, no caso da história da independência do Pará (1823) e do movimento da Cabanagem<sup>1</sup>, estes conceitos tornam-se mais complexos. Como foi comum ao restante do Brasil<sup>2</sup>, boa parte das obras clássicas dedicadas ao estudo do processo de independência no Pará, analisaram o que ali ocorria entre 1820-1823 como uma “adesão” local e tardia à independência do Brasil (MUNIZ, 1973, BARATA, 1975). Importante pontuar que os homens de letras do antigo Grão-Pará foram pioneiros na América lusitana na saudação à Revolução Liberal do Porto de 1820, mas também foram os últimos a se alinharem à causa constitucionalista paulista e carioca, na vencedora independência política, hoje sedimentada pelo crivo da memória nacional. Ser o último na nova ordem imperial brasileira foi um fardo que muitos intelectuais do Pará demoraram para digerir no século XIX e mesmo no século XX, como estudou Aldrin Figueiredo<sup>3</sup>.

Neste processo histórico, político e historiográfico é que percebo outros significados para a análise de uma guerra civil como a revolução cabana de 1835 e o sistemático apagamento das demandas dos povos interioranos que a ela se agregaram. A memória dos vencedores começou com um processo de dura repressão e infundáveis prisões instaurado ainda em maio de 1836 pelo emissário imperial, comandante militar e presidente de Província Marechal Francisco José Soares d’ Andréa (Lisboa, 29 de janeiro de 1781 — São José do Norte, 3 de outubro de 1858)<sup>4</sup>. Ganhou força através da política sistemática de cassação de direitos políticos e da implantação de um draconiano sistema de recrutamentos e de trabalhos forçados, organizados a partir de uma suspensão parcial dos ditames constitucionais de 1824, feita sob aprovação parlamentar e ministerial (CORDEIRO, 2018). Por fim, entre 1840 e 1855 forjou-se duas seletas anistias, que – como costumeiramente ocorre no Brasil – fizeram esquecer tanto as lutas dos oprimidos cabanos, quanto o massacre ilegal e a tortura impetrada por seus repressores (RICCI, 2013, p. 45-80).

Antes destes tristes desdobramentos, os povos que viviam na Amazônia também já haviam vivido momentos que oscilavam entre a esperança de mudanças e o medo da repressão. Exemplo do que afirmo pode ser percebido em uma proclamação redigida pelo segundo presidente cabano, Francisco Pedro Vinagre, em 22 de fevereiro de 1835. Nela este líder falava aos “paraenses” que tinham se distinguido por seu “desvelo, coragem, e patriotismo” em 7 de janeiro de 1835, ocasião em que os cabanos tomaram o poder na cidade de Belém do Pará, libertando seu primeiro presidente aclamado Félix Antonio Clemente Malcher das masmorras e colocando para o comando das armas o próprio Francisco Pedro Vinagre. Um mês depois, este comandante alertava seus compatriotas sobre os crimes e traições do primeiro presidente aclamado. Tratava-se do “ingrato e nefando Felix Antonio Clemente Malcher”, que acabara de ser assassinado. (Francisco Pedro Vinagre. Proclamação de 22 02 1835. *Echo do Norte*, No 65, 23 03 1835, p. 1-2). Os “paraenses” oscilaram entre a esperança e o assassinato de seu primeiro líder. As motivações vinham de uma prática de traição que todos pareciam conhecer. Nas palavras de Francisco Pedro Vinagre, Malcher havia “encerrado em porões, masmorras e fortalezas” muitos dos patriotas de 7 de janeiro de 1835. E para concluir, Vinagre lembrava que estas “sempre horrorosas cenas” significavam (ou representavam) o prenúncio do que eles já tinham vivido,

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

ou ouvido falar: o caso de uma icônica mortandade de soldados e oficiais ocorridos nos porões do navio prisão denominado de brigue Palhaço, em outubro de 1823. Apenas dois meses após a proclamação da oficializada “adesão” do Pará à causa da independência do Brasil, 254 patriotas foram mortos, porque ousaram pedir equiparação de tratamento e soldo entre as tropas e soldados lusitanos e paraenses.

Neste documento, e em tantos outros da época dos cabanos, fica claro que o movimento de 1835 era visto como a gota d’água, ou o transbordamento, de um sentimento patriótico mediado por muitas tensões políticas e sociais. Este sentimento nascia no interior de um mar de cenas de traições, prisões e de cerceamentos múltiplos de liberdades, as quais, paulatinamente os povos, ou as diferentes “gentes” do Pará, cotidianamente, lutavam para conseguir. Eram práticas comuns e detestadas pelos cabanos as censuras à livre expressão de pensamento. Entre 1820 e 1835 houve sucessivos empastelamentos ou fechamentos de jornais, ou mesmo invasão de oficinas tipográficas, as quais muitas vezes se localizavam nas mesmas casas de seus donos. Foi o que ocorreu em dezembro de 1834 com o jornal editado e mantido pelo cônego João Baptista Campos.

O jornal maranhense *Echo do norte* relatou que não achou que os dois números do periódico intitulado de *Sentinela Maranhense na guarita do Pará* fossem “de forma alguma incendiários” e, se assim o fossem considerados pelo então presidente da província do Pará, Bernardo Lobo de Souza (nascimento desconhecido – 7 de janeiro de 1835), este deveria “castigar o seu autor na forma da lei”. No entanto, o que ocorreu esteve longe disso, este presidente.

...mandou atacar a casa do Cônego Baptista, onde morava o [editor do jornal *Sentinela*], [Lavor] Papagaio que já tinha se evadido, teve-a debaixo de cerco mais de 48 horas, e dizem mais que os seus satélites carregaram dela para Palácio [de governo e moradia do presidente Lobo de Souza] quantos papéis havia a fim de servirem de prova a suposta rebelião. (*Echo do norte*, 16 12 1834, p. 2)

Os cabanos igualmente odiavam censuras vinculadas ao desrespeito dos direitos políticos/eleitorais recém adquiridos entre 1824 e 1835, como impedimentos nas eleições de vereadores e de juizes de paz, ou prisões que fossem feitas por despachos ou ordem do Presidente da Províncias sem o aval da justiça. Exemplo disso ocorreu no mesmo episódio do fechamento forçado do jornal *Sentinela* pertencente à Campos e redigido por Lavor Papagaio. O *Echo do norte* assim denunciava:

Uma pessoa vinda do Pará por terra dá as seguintes notícias. Que o [Lavor] Papagaio que aqui redigiu a *Sentinela*, ou foi seu testa de ferro, mal chegou a esta província continuou com o periódico, ajudando o Cônego Baptista Campos, a redigi-lo. Que à vista de suas doutrinas incendiárias, mandara o presidente [Lobo de Souza] chamá-lo a jurados, onde foi pronunciado. Que o Juiz de Paz respectivo recusou mandá-lo prender, e que o presidente mandando-o fazer diretamente, já não o achara, por se haver evadido... (Sem título. *Echo do norte*, 20 11 1834, p. 3)

Pronunciamento e ordem de prisão ao um redator de jornal feita à revelia do juiz de paz eleito, invasão da propriedade privada do dono do jornal: todas estas ações de Lobo de Souza eram atos que inspiravam e aumentavam a busca por justiça patriótica no Pará de 1834-35. Todavia, talvez a censura mais odiada pelos cabanos fosse a que impedia o direito constitucional à livre circulação de pessoas ou de

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

mercadorias, com a comum implantação de registros que impunham pedágios e necessidades de apresentação de passaportes para se transitar pelo território amazônico. Cada vez que se era pego nestes locais sem passaporte, sucedia-se comumente um recrutamento forçado. Este tipo de cerceamento de trânsito tinha uma história mais longa no Pará.

É preciso entender que a ancestralidade dos ideários e dos diferentes patriotismos libertários dos cabanos normalmente vinham de algumas mudanças implantadas pelos governadores e antigo capitães gerais enviados de Portugal ao Grão-Pará nos anos de 1790. Como já estudei em minha tese de livre docência, no Grão-Pará, estas ideias de liberdade haviam se intensificado, porque a região se tornou peça-chave na política ultramarina lusitana. Nasceu nesta última década do século XVIII uma política portuguesa de fortalecimento da defesa da fronteira com a Guiana Francesa, com a implantação de espiões e de policiamento marítimo da costa entre a ilha do Marajó, passando pelo atual estado do Amapá e indo, por meio de rios, até o território atual de Roraima. Isso foi muito estimulado durante a campanha luso-espanhola contra os franceses na Europa, campanha esta conhecida como Guerra do Rossilhão (1793-1795), quando se travou na Europa uma série de guerras contra Napoleão e suas tropas e, quando, na América, ocorria a Revolução dos negros no Haiti (RICCI, 2021, p. 317-548). Estes ideários patrióticos luso-paraenses foram estimulados e se tornaram especialmente fortes entre 1809 e 1817, quando houve na região hoje tida como Amazônica brasileira uma imensa mobilização de tropas, que resultou na tomada de Caiena e, por conseguinte, na incorporação do território da Guiana Francesa ao então território geográfico do antigo Grão-Pará. Havia cabanos que vinham lutando em guerras desde este tempo. Um exemplo pude encontrar em 1836, nas queixas feitas pelo líder cabano Domingos Antonio, chefe de um destacamento de Benjamin, situado nas imediações da capital do Pará.

Este cabano se mostrava enfurecido com seu último presidente revolucionário Eduardo Nogueira Angelim, porque este o recriminava. Ocorreu que Domingos Antonio matou uma cabeça (ou rés) de gado destinada a abastecer a cidade de Belém que passou pelo território de Benjamin. Este líder argumentava que matou o boi para saciar a fome de seus homens (ou Praças). O líder cabano de Benjamin refletia que havia mais de trinta anos que ele servia “à nação”. Todavia o conceito de “nação” variou neste intervalo temporal. Este “serviço” teria começado no tempo de “guerra” em que Domingos lutou na “tropa de linha” (provavelmente o tempo da campanha do Rossilhão de 1793-1795). Depois Domingos relatava que serviu “à Sua Majestade Fidelíssima”, o velho rei D. João VI, em nome de quem marchou “para Caiena”, certamente em 1809. Em geral, esta tropa só retornou para Belém em 1817 quando a Guiana Francesa foi desocupada e devolvida aos franceses. Depois vieram as lutas liberais após a Revolução do Porto de 1820, as lutas de independência (1822-1825) e uma sucessão de disputas locais até a eclosão cabana de 1835-1836. (Ofício de Domingos Antonio para Eduardo Nogueira Angelim em 7 02 1836 *Arquivo Público do Estado do Pará*. Correspondência diversa com o governo 1836, Códice 1005, doc. 12).

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

Nesta longa duração de guerras, foram traçados muitos planos de defesa contra inimigos externos, especialmente os franceses. No afã de diminuir os inimigos externos, fortaleceu-se internamente os laços entre as autoridades locais, criando-se toda uma rede de relações políticas e comerciais entre os brancos de origem lusitana e os povos indígenas locais e ainda muitas comunidades quilombolas nascidas nas zonas de fronteiras entre o Pará/Amapá e a Guiana Francesa. Neste cenário fortaleceram-se identidades luso-paraenses, patriotismos e de tramas, mas também armou-se e mobilizou-se quase toda a população e idade de lutar, o que ensejou crises políticas, motins e levantes de toda ordem.

Não eram incomuns as descrições de vidas como as de Domingos Antonio. Mesmo os líderes cabanos em Belém como Francisco Pedro Vinagre, não perceberam o momento da “adesão” em agosto de 1823 como um marco ímpar, ou isolado de problemas. As guerras da independência vinham num plano mais largo guerra nos quais os povos locais entravam em conflitos iniciados por povos europeus e nos quais os cabanos os ajudaram numa clara defesa territorial a favor dos brancos, em especial dos lusitanos. Eles tinham expectativas de manterem seus territórios e os usos sociais das terras de seus ancestrais, livre circulando nelas. Todavia, nestas guerras anteriores, sobravam traições/prisões e faltavam direitos. Para eles o marco da adesão, que deveria levá-los a novas conquistas de direitos, resultara no massacre do Brigue Palhaço com a morte de mais de 250 patriotas. A este episódio trágico em 1823 somaram-se outros até 1835.

Muito do que restou de todo este processo foram alguns ódios em comum. O primeiro deles era o ódio aos brancos em geral e aos portugueses em particular. Entretanto, tratava-se de um ódio com algumas ressalvas. Em 1835-1836 os cabanos bradaram morte aos brancos, especialmente portugueses e aos maçons, mas também proclamavam odes e salvas à religião católica, à Constituição de 1824 e ao Imperador menino, ou ao “brasileiro” D. Pedro II. Quando tomaram a capital por duas vezes em 1835 receberam visitas internacionais. Eles podiam ter se aliado aos franceses contra seus inimigos portugueses, mas não o fizeram. Podiam ter se tornado protetorado inglês, como até o Regente padre Diogo Antonio Feijó chegou a cogitar, mas também não o fizeram. Podiam ter proclamado uma república independente, mas este não foi o caso (CLEARY, 2002). Estes indícios me levam a crer que o processo identitário ao norte da América portuguesa é mais longo e complexo do que um ódio à herança colonial genérica possa perceber. Este processo identitário não se explica plenamente por um patriotismo recém-nascido vindo do centro sul, vindo do novo Império. Para entender por que não se estudou este percurso de mais longa duração e quase não se incluiu a história das lutas dos povos amazônicos que fizeram a “adesão” no antigo Grão-Pará, devo refletir sobre aspectos historiográficos demarcados pelos estudos a respeito da tortuosa formação da identidade brasileira, sempre em conflito com a portuguesa.

Em um olhar mais largo, uma parte significativa da historiografia brasileira dos anos de 1970 e 1980, em especial aquela dedicada aos estudos sobre a relação entre a colonização e a formação do Brasil contemporâneo, seguiu amiúde as máximas vindas dos estudos marxistas de Caio Prado Júnior e daqueles propostos por Sérgio Buarque de Holanda publicados e difundidos hegemonicamente entre os anos de 1930 e

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

1980. Ambos os autores tenderam – cada qual a seu modo – a valorizar 1808 em detrimento de 1822 como o tempo de mudanças econômicas de impacto para a formação social e identitária brasileira do início do século XX. Mesmo com importantes diferenças teóricas e ideológicas, ambos os autores percebiam que entre 1808 e 1888 as bases estruturais formadoras do Brasil do século XX vinham de uma longa data e eram de origem colonial. Para Caio Prado Júnior eram bases econômicas e escravistas traçadas pelo antigo sentido colonial (PRADO JÚNIOR, 1961, p.13-26). Já Para Sergio Buarque de Holanda tratava-se de uma herança colonial com base na mão de obra “escrava” que perdurara pelo menos até o processo abolicionista nas últimas décadas do século XIX (HOLANDA, 1962, p. 9-39).

Em qualquer dos casos, 1808 tornou-se um momento agregador e desencadeador de uma identidade já então tomada por “brasileira”. Esta identidade, porém, continha ancestralidades lusitanas, monárquicas e com uma pesada herança escravocrata, latifundiária e de dependência internacional europeia, sobretudo inglesa. Apegados aos dados agroexportadores e às balanças comerciais e lucros da exportação e portos do Brasil que se formava, uma grande parte desta geração refez as contas (ou estudou atentamente quem as fez) e voltou seus olhos e pesquisas aos produtos chaves da grade de exportação desde a colônia ao Império, passando por picos de gêneros exportados como os da cana-de-açúcar vindas da Bahia e de Pernambuco, do ouro mineiro e do café de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Para uma autora chave e herdeira de Holanda como Maria Odila Dias isto teria feito com que a identidade nacional fosse, contraditoriamente, demarcada por uma ideia de interiorização da metrópole portuguesa no Brasil recém-formado como Estado e sediado pela centralidade de sua Corte no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma identidade reforçada pelo crescimento econômico agregador das economias mineira e cafeeira do centro sul do Brasil. Esta interiorização carioca, todavia, não foi simples. Contradições e os conflitos que estouraram em várias partes do Império, faziam com que a formação da nacionalidade brasileira se estendesse por bem mais tempo, chegando até a segunda metade do século XIX (DIAS, 2005)<sup>5</sup>.

Para a maioria dos autores que escreveram nos anos de 1960 a 80 o processo político de independência resumia-se a uma emancipação política, sobretudo porque este caminhou sem que fossem alteradas as hegemônicas relações de produção baseadas no trabalho escravo de origem africana. Esta tese ficou exemplarmente registrada em um capítulo ímpar na obra de Emília Viotti da Costa intitulada *Da Monarquia à República*. (VIOTTI DA COSTA, 1987 p.17-54). Também foi central para vários capítulos da marcante coletânea de textos organizada, em 1972, por Carlos Guilherme Mota para uma versão alternativa e crítica aos eventos oficiais dos 150 anos do “Sete de Setembro de 1822” (MOTA, 1986).

Nesta mesma linha de raciocínio alguns autores passaram a resumir os estudos sobre o mundo colonial e imperial do Brasil a um economicismo estruturante que percebia a temporalidade histórica como uma herança colonial unida à imperial de maneira algumas vezes quase imutável. Isto deu origem nos anos de 1970 a um longo debate sobre modos de produção e a realidade brasileira, o qual José Roberto do Amaral Lapa resumiu em seus confrontos na introdução de sua obra coletiva de síntese em 1980. Com um

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

significativo ecletismo teórico e variações importantes, estes modos de produzir como um todo se diferenciavam historicamente sobretudo por seus graus de abrangência: uns eram mais nacionais ou “brasileiros”, alguns eram coloniais, outros americanos caribenhos, e outros ainda seriam parte indissolúvel de um sistema colonial capitalista, mercantil e tipificado mundialmente no Ocidente. De maneira mais ampla, todavia, estes estudos normalmente percebiam o centro da história produtiva colonial-imperial como voltado para uma economia de caráter agroexportador, monocultor, baseado no Brasil no latifúndio e no trabalho escravo feito por negros de origem africana. (LAPA, 1980, p. 9-42).

Apesar dos pontos em comum, uma parte destes estudos fundava-se em modelos que tinham por base uma análise centrada na esfera da circulação (e exportação) e atribuíam menor relevância à produção. Analisando o sistema de circulação de mercadorias se compreenderia como seria organizada a produção da colônia para a metrópole, numa lógica mundial marcada pelo capitalismo em sua fase mercantil. Esta era a clássica tese de Fernando Novais (NOVAIS, 1981).

Outros autores privilegiavam as relações de produção antes da circulação. Ciro Flamarion Cardoso, por exemplo, publicou dois livros – um em francês (CARDOSO 1999) e outro em português (CARDOSO, 1984) – com uma monumental pesquisa empírica sobre a Guiana Francesa e o Brasil. Por estes estudos e por seus trabalhos teóricos (CARDOSO, 1979, CARDOSO, In LAPA, 1980 e CARDOSO, 1987) o autor pôde criticar uma parte da historiografia destes modos de produção/sistema de colonização capitalista e mercantil. Cardoso destacou a importância de se fazer uma análise em termos de “forças produtivas” (em particular a divisão social do trabalho), e ainda o sistema de propriedade e as relações de produção/classes sociais. Ou seja, privilegiava uma análise dos conceitos de modo de produção, mas também ressaltava seu interesse maior no terreno da formação econômica e social. Neste sentido, Cardoso propôs que se estudasse diferentes formações “econômico-sociais da América colonial”, enfatizando que elas dependiam de pelo menos três modos de produção: um baseado na exploração da força de trabalho de índios; outro mais escravista com uso de mão de obra e origem africana. Esta segunda forma de exploração de força de trabalho surgia em regiões cuja população indígena era pouco densa e/ou em zonas cujas condições eram favoráveis para o plantio de produtos para exportação (ou sujeitas à exploração mineradora). Ainda havia um terceiro modo que se apresentava em uma economia diversificada e autônoma de pequenos proprietários (CARDOSO, In LAPA, 1980, p. 110).

Preocupados em denunciar a perpetuação da exploração do trabalho, numa junção entre o passado colonial e imperial e seu presente, intelectuais sociólogos como Florestan Fernandes (1965) e Fernando Henrique Cardoso (1977) perceberam os povos indígenas e/ou os escravizados de origem africana não tendo quase nenhuma ação autônoma. Pressionados pela “ordem” ou “estrutura” escravista/capitalista, negros e indígenas tinham poucas maneiras de sobreviver e lutar. No caso dos escravizados, sua condição jurídica (como um bem, ou propriedade) poderia até se confundir com o ser humano escravizado.

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

Apesar desta diversificação de trabalhadores, no entanto, o olhar hegemônico à época voltava-se, sobremaneira, para o mundo da escravidão de origem africana e o seu modo de produzir combinado com a realidade agroexportadora do Caribe açucareiro já que, mais uma vez o grosso do comércio e da riqueza dita “brasileira” e colonial dela dependia. Neste sentido, por exemplo, a produção da Guiana Francesa era tomada por sua exportação, sobretudo em comparação com o que se produzia de mais significativo no Caribe, o açúcar. Identicamente a produção da Guiana Francesa – em comparação com a produção da ilha Francesa de São Domingos (atual Haiti) – pareceu-lhe muito pequena. Da mesma maneira era mais diminuta ainda aquela produção vinda do Grão-Pará.

Mesmo no detalhado estudo mais direto de Cardoso, demarcava-se a história da região Amazônica por um movimento de carência e inferioridade econômica e social diante do crescente valor econômico de outras regiões, fossem elas externas ou internas. No caso do Brasil havia regiões tomadas como “economicamente mais fortes” do que o Pará no mundo ultramarino português como a Bahia, Pernambuco e depois o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais<sup>6</sup>. Apesar disso a obra de Cardoso conseguiu captar que o trabalho nestas (por ele denominadas) “zonas periféricas” do capitalismo era marcado pelo nascimento de um modo prático de relacionamento entre senhores e escravos no mundo do trabalho. Neste relacionamento o sustento e moradia dos trabalhadores escravos podiam ser negociados, ou eram comumente trocados por folgas. Assim o trabalhador, mesmo que fosse “escravo em uma ordem escravista colonial americana”, estaria vivendo momentos de uma certa liberdade produtiva, trabalhando nestas folgas para si mesmo e relacionando-se mais diretamente com o mercado. A isto Cardoso denominou de “brecha camponesa” (CARDOSO, 1979 e CARDOSO, 1987).

Neste rol de estudos normalmente o trabalho “escravo” era hegemônico a partir de números presentes nas tabelas de exportação entre a colônia e a metrópole. O Brasil “colonial” e “imperial” era, predominantemente, monocultor, escravocrata e latifundiário, porque a mão de obra negra e escravizada de matriz africana prevalecia na produção dos principais gêneros desta pauta de exportação de gêneros centrais como a cana de açúcar, o ouro, o algodão ou depois o café. As demais produções tornavam-se “marginais”, assim como os trabalhadores que a elas estavam associados, mormente os de origem indígena. Por seu turno, a genérica mão de obra livre quase sempre se baseava numa ideia futurística sobre o trabalho livre de formato industrial e constituído hegemonicamente por trabalhadores estrangeiros e imigrantes. Esta tipologia de trabalho foi – muitas vezes interpretada de traz para frente – numa leitura enviesada pela chamada “substituição” da mão de obra negra (sobretudo após a abolição de 1888) pelos trabalhadores imigrantes. Por seu turno, a esmagadora maioria dos autores de estudos históricos sobre o Brasil “colonial” e “imperial” nestes anos de 1960 até 1980 percebia o trabalho indígena como parte de um trabalho “camponês” de um homem livre, na chamada “ordem escravocrata”. Um trabalho quase sempre acessório e marginal.

Neste sentido, o estudo pioneiro de Maria Sylvia de Carvalho Franco denunciava a nulidade deste embate teórico que se pautava numa idealização contraditória entre “liberalismo” e “trabalho escravo”, e

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

denunciava o processo de coisificação do ser humano “escravo”. Para Franco as ideias políticas e econômicas estavam no seu devido lugar e tempo, a saber, no universo do capital e do capitalismo mutante e adaptativo, que sempre se constrói com base na exploração do trabalho e na obtenção do maior lucro, fosse no universo escravocrata ou de mão de obra livre (FRANCO, 1997). Apesar de sua posição sobre o capitalismo e suas duas faces (liberal na Europa e escravista na América) até hoje muito pertinentes, Franco trabalhava dentro do binômio comum à época, entre escravidão e um genérico “trabalho livre”.

Ainda em 1989 Izabel Marson repensou variados conceitos do nacional e do regional em sua obra intitulada: *O império do progresso. A revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)* (MARSON, 1989). Mais recentemente a autora ampliou o tema em seu artigo síntese na *Revista de história* sobre os conceitos de Antigo Regime, feudalismo, latifúndio, servidão e escravidão, estudados e analisados dentro do surgimento do conceito de “nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX)” (MARSON, 2010). Em seus estudos, a autora reconstrói a historicidade destes conceitos e reconfigura o lugar deles na ideia de nação liberal, bem ao que se propôs em anos anteriores os estudos de Maria Silva de Carvalho Franco. Mas ainda denuncia a continuidade e os sentidos ideológicos de termos como servidão, escravidão e abolição na história intelectual de homens como Joaquim Nabuco na segunda metade do século XIX.

Um estudo dos anos de 1990 como o de Maria de Lourdes Viana Lyra (1994) rediscutiu o papel do Império ultramarino na formação identitária luso-brasiliense. A autora recupera diferentes identidades presentes nos projetos que inauguraram (ou pretendiam inaugurar) um Império antes mesmo do nascimento do Brasil como Estado nacional. Outra obra inovadora foi a de Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira (1999) que ressignificou o papel dos liberais e do liberalismo nos diferentes projetos políticos lusitanos no Rio de Janeiro dos anos da independência. Na proximidade com a tese de Franco, Oliveira percebeu a direta relação entre estes projetos e as mudanças econômicas e da circulação das riquezas nestes instantes de instabilidade.

Este tom genérico de se tratar dos trabalhadores livres de um lado e do Império ultramarino e o brasileiro em formação de outro, trazia dentro de si uma razão crítica e política relevante. Como relata Maria Arminda do Nascimento Arruda em prefácio à reedição dos ensaios de Florestan Fernandes, o livro por ela organizado revelava “o quanto Florestan era mestre nesta capacidade rara de manejar a melhor sociologia no curso de um pensamento intolerante com as iniquidades sociais”. Recuperava ainda a prefaciadora que Fernandes concebia “uma disciplina voltada à compreensão de uma realidade débil para suplantar o abismo existente entre as classes em sociedades que reproduzem o mesmo padrão de desigualdade e de domínio ao longo da história (ARRUDA, In FERNANDES, 2010, p. 9).

Aqui é importante uma ressalva que retiro do esclarecimento vindo do conceito de “comunidades inventadas” de Benedict Anderson que relaciona o nacionalismo do passado com o dos dias presentes. É certo que – no momento de aguda crise política e social e em meio a uma ditadura civil militar no Brasil – a posição historiográfica destes diferentes autores em seus multifacetados argumentos era um excepcional

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

libelo político à necessidade de reformas de base estruturais. O olhar que esta geração de intelectuais dos anos de 1960-1980 fez ao passado escravocrata e de herança colonial era um grito de alerta contra as reformas econômicas feitas pela elite política e que criavam o então denominado “milagre brasileiro” de 1970-74. Do falso “milagre” para a crise do petróleo e do endividamento externo foi um rápido movimento. Movimento este que levou o país a uma crise institucional e econômica até então sem precedentes com hiperinflação e com variados movimentos sociais e políticos num duro processo de anistia, tratada então como se fosse uma “abertura” política. Ou ainda com movimentos sociais como o das “Diretas já”, que mostrava a pressão vinda de baixo, mas que não resultou no que mais se pedia então: o imediatismo de uma eleição direta nacional e uma ampla reforma estrutural e política. Tudo isso deu o tom ao processo de redemocratização entre 1979 e 1989. Era um alerta contra as supostas reformas feitas por militares que nem de perto tocavam nos problemas estruturais profundos e com raízes históricas, os quais se constituíam nos geradores das desigualdades crônicas e históricas do Brasil contemporâneo e de seu diversificado povo.

Nestes momentos emblemáticos da história mais recente é que se compreende melhor boa parte da produção intelectual e militante das causas negras e ou indígenas, ou daquelas vinculadas aos trabalhadores ditos “livres” e bem genericamente tratados e misturados aos problemas imigratórios. Muitos pesquisadores tenderam a se voltar ao passado dito “colonial” e ao “imperial” percebendo-os de forma a enfatizar mais suas continuidades ao invés de rupturas. Viam mais a permanência de estruturas sociais e econômicas arcaicas e um Brasil sempre periférico, com uma Amazônia mais periférica ainda depois da derrocada de projetos megalomaniacos e deficitários como os da usina de Tucuruí no Pará e a construção da famigerada rodovia Transamazônica e seus complexos assentamentos do INCRA feitos, em larga escala, nas bordas das matas Amazônicas, que foram incentivadas a serem continuamente desmatadas.

Do outro lado do Atlântico, estudos contemporâneos vindos de Portugal normalmente percebem o nascimento da identidade portuguesa em uma temporalidade muito anterior ao século XIX, remontando-a ao nascimento do Estado português e de sua restauração em 1640. Para citar só um exemplo entre tantos, para Manuel de Hespânia e Ana Maria Nogueira da Silva tratava-se de um processo identitário formado por um “difuso sentimento patriótico” onde os “imaginários setoriais” foram fundamentais, predominando o realce da “multiplicidade e autonomia das distintas formas de solidariedade social e que distinguia cuidadosamente os correspondentes sentimentos de identidade”. Hespânia e Nogueira percebem neste processo a coexistência de diferentes vínculos identitários e de hierarquias. Nas sociedades do Antigo Regime, antes do estabelecimento do imaginário nacional-estadual, identidades de âmbitos e hierarquias diversos coexistiam, portanto, no imaginário social, tal como, no imaginário político, coexistiam vinculações de diferentes hierarquias. Assim, pensar o tema da identidade portuguesa, na época moderna, em termos de identidade “nacional”, remete implícita e anacronicamente para o conceito contemporâneo de “nação”, em que a imagem de identidade étnica, territorial e política se combina com um sentido de exclusivismo, que implica a

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

impossibilidade da coexistência conflitual com identidades mais ou menos abrangentes (HESPANHA & SILVA, 1993, p. 20).

Assim existiam identidades hierarquizadas. Uma maior configurada por uma identidade cristã e romana, depois, "ainda acima da identidade nacional ou reinícola", existia a identidade "europeia" e, "muito mais forte", a "identidade hispânica" (HESPANHA & SILVA, 1993, p. 19-37). Para os mesmos autores o período final do século XVIII e início do XIX marcou-se por um sentimento de perda, ou como um tempo terminal do ali chamado "Antigo Regime". Esta morte teria se acelerado com o final da guerra napoleônica, no conturbado período do constitucionalismo vintista das Cortes de Lisboa, com a independência do Brasil e nas lutas intestinas pelo poder e trono dentro da monarquia lusitana. Neste presente estudo, não irei tão ao passado quanto nos estudos portugueses, mas percebo ao longo das guerras (abertas e veladas) no contexto pós-revolução Francesa, especialmente nos anos 1808 e ao longo dos anos de 1810 e 1820 ainda não se podia vislumbrar duas identidades nacionais (portuguesa e brasileira) vistas de maneira autônoma. Ao contrário, a vinda da família Real lusitana ao Rio de Janeiro em 1808 construiu (e/ou solidificou) laços identitários que uniam o mundo de aquém e além-mar luso-americano.

Problema interligado a esta identidade lusitana e já encaminhado para os anos finais do século XVIII para o XIX em Portugal são identificados junto aos estudos sobre o liberalismo. Nuno Monteiro escreveu neste sentido um artigo síntese muito interessante. O autor argumenta que no final dos anos de 1960, Albert Sibert acreditava que teria se formado em Portugal um liberalismo frágil, mas havia então uma comparação com o caso da Espanha. E a mesma Espanha era diferente em demasia de Portugal por aspectos chaves: por sua costumeira proximidade aos franceses, pela mais longa e intensa ocupação francesa que suscitou a publicação da liberal Carta de Baiona (1808), por fim pelo processo liberal que gerou a constitucional Corte de Cádiz (1810-1812).

Estudos e pesquisas posteriores atribuíam mais poderes e ações a estes ilustrados liberais lusitanos. Oliveira Marques, por exemplo, se reinventou quando estudou a presença da maçonaria entre os liberais lusitanos. Monteiro argumenta:

Para o autor existia uma implícita assimilação entre maçonaria e pré-liberalismo, por um lado, e, por outro, quase todas as novas instituições reformistas criadas durante o período teriam uma inspiração maçônica e quase todos os agentes políticos minimamente esclarecidos, desde o 1º Marquês de Pombal ao 2º Duque de Lafões, e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a António de Araújo de Azevedo seriam maçons, pelo menos prováveis, embora sem se saber em que loja se teriam iniciado (os maçons são muitos mais do que no dicionário da maçonaria que [o próprio Marques] publicara uns anos antes (MONTEIRO, In RODRIGUES, 2012, p. 20).

Em busca destes liberais maçônicos, uma parte da historiografia dos anos de 1980 e 1990 se debruçou em estudos sobre as resistências populares e as revoltas contra os franceses durante a ocupação francesa à Portugal. Estudos como os de Vasco Pulido Valente e Ana Cristina Araújo – cada qual a seu modo – teriam ressaltado que a dimensão contrarrevolucionária foi hegemônica nas movimentações anti francesas.

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

No entanto, a segunda autora “sublinha mais os intentos liberais”. Destaca a ausência em Portugal de 1808 de “um modelo ideologicamente magnético e mobilizador de um processo revolucionário”, tal como ocorreu na Espanha. Teriam se formado três grupos: a maioria permaneceu em silêncio, mas o grupo de Baiona apoiara o projeto constitucional hispânico francês de 1808. Por fim havia aqueles que, como a ala militar da Junta do Porto, empreenderam um projeto de resistência patriótica e mais modernamente liberal (MONTEIRO, In RODRIGUES, 2012, p, 20-21).

Por outro lado, Nuno Monteiro argumenta que, da parte da historiografia brasileira, surgiram nos anos de 1970 e 1980 dois impulsos importantes. Havia os autores que explicavam a situação oscilante lusitana por questões externas. Neste sentido, dois grupos se formaram. De um lado Fernando Novais que avaliava o contexto internacional, mas atribuía a fragilidade das ações e da economia lusitana à crise de seu “antigo sistema colonial” que teria levado ao colapso do Antigo Regime. De outro, Valentin Alexandre que apostava mais em causas externas do que nas internas ao sistema. No seu clássico *Sentido do Império* Valentin Alexandre avaliava que reformismo de Sousa Coutinho — nesta fase do dobrar do século — responderia

sobretudo às pressões financeiras provocadas pela guerra (...) tudo nos conduz portanto a negar a realidade da alegada crise geral do império luso-brasileiro, nos anos que antecedem a ruptura do regime de pacto colonial (...) o aumento das tensões vem antes de ameaças externas, das perturbações que sacodem o sistema internacional: é para esse lado que teremos de olhar, se quisermos compreender os problemas que vão conduzir à desagregação do império, a partir de 1808 (MONTEIRO, In RODRIGUES, 2012, p, 22).

Ambos os autores percebiam, todavia, que o problema era de ordem econômica e de um capitalismo que se modificava, discordavam, todavia, em questões de ênfase e de sentido. Em uma configuração macro, o capitalismo mercantil se tornou capitalista mais moderno e imperialista entre o final do século XVIII e início do XIX (ao sentido que Novaes o atribui). Todavia Valentin Alexandre percebe que a situação política e econômica portuguesa no período não foi sempre de uma contínua “crise” e que o governo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pelo contrário, foi o momento chave de busca de modernização que colapsou devido à guerra externa e não a uma política obsoleta e que apostava nem antigo sistema de colonização. Dito de outra forma, figura chave neste contexto foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho e seu duplo papel de estadista/ministro e o de intelectual reformista e liberal.

Neste caminho, de forma paralela a este debate, Nuno Monteiro analisa o estudo de Maria Odila Silva Dias sobre a chamada “vitalidade da ilustração no Brasil”. Para o autor, existia em Maria Odila Dias um destaque mais acentuado à dimensão científica por parte desta geração ilustrada dos anos de 1790-1820, sem que daí resultasse uma “pulsão necessária para a independência”. Assim existia uma geração ilustrada e liberal, mas sua existência não necessariamente unia suas causas com bandeiras nacionalistas com a do Brasil independentista<sup>7</sup>. Segundo Nuno Monteiro, este caminho reforçou-se em estudos mais contemporâneos. Monteiro cita os de István Jancsó sobre a ilustração e a revolução de 1798 na Bahia. Este

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

autor, todavia, diferentemente de Maria Odila Dias, aumentou o poder dos ilustrados/ liberais, mas “relativizou drasticamente a precocidade da expressão do sentimento nacional” (MONTEIRO, In RODRIGUES, 2012, p, 22).

Neste meio tempo surgiu uma versão historiográfica mais forte em Portugal que – deixando para um segundo plano os debates mais econômicos e sobre o liberalismo – passou a redefini-lo pela questão do surgimento de um sentimento de espaço público em oposição ao da monarquia cristã. Para muitos autores Portugal não estaria numa situação de exceção ao mundo ilustrado francês ou inglês, mas sua identidade e liberalismo nasciam de suas especificidades e os estudos passaram a privilegiar a ilustração em seus locais de associações e publicações como a *Real Academia de Lisboa*. (MONTEIRO, In RODRIGUES, 2012, p, 24-25). Creio que meu estudo talvez melhor se encaixe nesta linha de trabalho, mas também com conexões com muitos estudos que já vem sendo feitos no Brasil.

Mais recentemente vários pesquisadores reconfiguraram a história da independência do Brasil em sua relação com a memória e construção identitária para a formação da nação. Não serei aqui capaz de elencar todo este amplo debate, mas procurarei tratar de alguns autores que considero norteadores, ou porque organizaram grupos de trabalho mais amplos e ativos dentro da temática, ou porque escreveram algumas compilações de revisão historiográfica que sintetizam o tema. Neste sentido, a maioria dos autores redimensionaram a força agregadora e centrípeta carioca (ou do centro sul brasileiro) no processo da independência, denunciando um certo anacronismo e, finalmente, compreendendo (de forma mais ampla) o papel do capital na ordem antes denominada abrangentemente de “escravocrata”.

No Rio de Janeiro do início dos anos de 1990 autoras como Lúcia Maria Bastos Pereira da Neves iniciava com seu doutoramento uma longa trajetória de pesquisas sobre o liberalismo e o “corcundismo” conservador na política imperial brasileira (NEVES, 2003). A autora guiou-se para direções bem próximas a desta obra sentido a necessidade de alargar os horizontes, trabalhando conceitualmente sobre os problemas da identidade, formação do Estado nacional, pátria e Constituição de forma conectada não somente com os letrados luso-brasileiros, mas também com outras partes da América Latina. Neves, em obra que organizou em 2018 com outros dois autores, sente a necessidade ressignificar o vocabulário político “que acompanharam a era das Revoluções Atlânticas”, de perceber “como essas classificações e categorias foram usadas e por quem, e de que modo os seus significados se foram deslocando e associando a outros ou confrontando-se com eles”. Pensam os apresentadores ser tudo isso “um exercício indispensável para quem, como os historiadores dos conceitos, aspira a uma aproximação do passado “nos seus próprios termos” e, por isso mesmo, mais próximo daquele dos seus contemporâneos” (NEVES; FERREIRA & NEVES, 2018, p.14-15).

Em rumo semelhante caminhou Iara Lis Schiavinatto. Para a autora houve um deslocamento historiográfico contemporâneo, o qual – a partir dos anos de 1990 – fez arrefecer os debates bipolares em torno das relações colônia-metrópole, Brasil-Portugal e conceitos congêneres, para uma análise mais ampla

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

das chamadas “trajetórias e impérios”. Estes estudos mais contemporâneos – feitos tanto no Brasil como em Portugal e no mundo africano lusófono – passaram a privilegiar o debate intelectual e político cada vez mais atlântico e de uma identidade mais mediada (ou cingida) por transformações e regenerações políticas e sociais que uniam a história e os problemas coloniais no Brasil com os Europeus e Africanos. (SCHIAVINATTO, 2009, p. 36-58).

Novamente no Brasil o problema identitário reconfigurou-se de outra forma. Pioneiro, István Jancsó apontou a construção e passagem do conceito mais arcaico de “sedição” para o florescer e se alastrar da ideia de revolução como símbolo de nova força à noção de liberdade que explodira sobretudo depois da chamada “conjuração” na Bahia de 1798 (JANCSÓ, 1996, p. 204-205). O mesmo autor, em parceria com João Paulo Garrido Pimenta produziu um importante artigo em um livro comemorativo dos 500 do descobrimento do Brasil organizado por Carlos Guilherme Mota (JANCSÓ & PIMENTA, 2000, p. 127-176). Neste texto os autores demonstraram que o processo identitário no Brasil foi bem mais lento e repleto de fissuras locais ou regionais no qual o Estado nacional (criado internamente e reconhecido internacionalmente entre 1822 e 1825), não coincidiu e nem foi demarcado muito claramente pela formação de uma nação com identidade brasileira. Nem mesmo a ideia de uma metrópole interiorizada no centro sul (como sugeria Maria Odila Dias) serviria para unir todas as partes do Império Estado recém-formado.

Por fim, em 2005, Jancsó organizou uma obra coletiva e nela publicou um capítulo onde defendia a tese de que o papel centrípeta de Lisboa foi posto em xeque por, ao menos, duas vezes. Em um momento inicial com a vinda da Corte lusitana para o Rio de Janeiro em 1808 e, posteriormente, com o processo de separação política em 1822. Neste segundo instante teriam sido construídas lutas em meio à independência ou independências de diferentes partes da América. Na mesma obra, os processos de junção das várias partes (ou províncias) do antigo Reino Unido para o Império brasileiro nascente teria sido bem mais desagregador para os homens de Estado oriundos das províncias mais ao norte. Descontentes com parte do arcabouço legal e institucional, com as grandes distâncias e problemas de comunicação, e muitos ainda com questões da burocracia comercial dependente das províncias do sul, houve na antiga parte mais ao norte da América lusitana, movimentos sucessivos de levantes, insurreições, bem como de tentativas confederativas como a de Pernambuco em 1824. (JANCSÓ, 2005, p. 17-48).

Do final dos anos de 1990 para os dias atuais o processo de independência se multifacetou tematicamente, ganhando rumos interiores e exteriores ao Brasil, com estudos para as diversas partes do país e suas fronteiras. O próprio João Paulo Garrido Pimenta refletiu sobre esta expansão rumo às Américas em um livro de ensaios que publicou em espanhol em que argumenta que os seis estudos que ali ele reunia partiam todos de um mesmo pressuposto: o de que a independência no Brasil não seria uma “exceção à regra”, que se inseria na chamada “crise geral do Antigo Regime” e o que o autor buscava eram “pontos de contato” e “paralelismos recíprocos” entre as denominadas “vertentes hispano e luso-americanas (PIMENTA, 2007, p. 9).

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

Sobre esta ampliação igualmente escreveu Jurandir Malerba em sua coletânea de textos sobre a independência brasileira, que há hoje algumas linhas gerais que podem delinear o estudo desta temporalidade (MALERBA, 2006, p. 13). Nele ressalta-se a existência de uma crítica à presença de um “projeto nacional definido” anacronicamente, que levava a afirmações como a de que existiria um sentido único nacionalista em movimentos como a Inconfidência Mineira, como evidenciam estudos como os de João Pinto Furtado (MALERBA, 2006, p. 99-121).

Esta consciência abre também caminho para um campo bem vasto de problemas e temas de ordem simbólica, em tempos marcados por ambiguidades e contradições. Os estudos presentes no livro de Malerba demonstram a necessidade de se associar os textos mais econômicos e políticos com os de maior envergadura e foco cultural, trazendo à tona a vontade de se trabalhar mais a fundo questões da órbita da leitura dos livros, seus impressores e circulação. Assim os anos de 1808 e 1820 podem ser estudados a partir da transplantação de ideias e livros como no estudo de Lilia Moritz Schwarcz (2002). Ou ainda como uma questão de representação de poder entre os letrados e os jornalistas luso-brasilienses dos anos finais do século XVIII e nas décadas iniciais do XIX, como bem analisou Iara Schiavinatto (2009) e a obra de Isabel Lustosa (2000). Por fim esta mudança ainda abre caminho para estudos contemporâneos no campo regional e as análises de movimentos sociais e lutas políticas anteriores ou contemporâneas à Independência, como o caso dos estudos de Hendrik Kraay para as lutas e memórias desta independência baiana (KRAAY, 1998 e KRAAY, 2001, p. 63-90), ou os de Luiz Geraldo dos Santos Silva para Pernambuco, em estudo sobre a cultura marítima que associou identidades europeias, indígenas e africanas (SILVA, 2001). Por fim estudos como os de Anthony Mac Farlane, que estabeleceu conexões entre as guerras no mundo hispânico (MAC FARLANE, 2014).

Estudos no campo das letras e no da história das ideias e suas representações são hoje muito fecundos dentro da temporalidade de 1808 até 1824. De tal modo ganham amplitude temáticas antes pouco conectadas como o papel da imprensa internacional e especialmente a portuguesa em Londres no contexto da formação e desenvolvimento do liberalismo durante a Independência. Antigas gazetas como a carioca da época de D. João VI, o ilustrado periódico da Bahia *A Idade d'Ouro* do Brasil ganharam novos contornos que contrastavam com análise de jornais mais modernos e liberais como os mineiros de gaúchos nascidos em meio ao processo de independência. Estes assuntos e alguns outros mais contemporâneos fazem parte de uma coletânea síntese organizada por Lúcia Neves e Tânia Ferreira (NEVES & FERREIRA, 2006).

Sobre os anos de 1820 e 1840, de longa data, Glayds Sabina Ribeiro vem fornecendo amplo material para análise das disputas cotidianas nas ruas cariocas em torno das identidades lusitana e brasileira (RIBEIRO, 2002). A mesma autora também trabalhou as dificuldades identitárias luso-brasilienses em círculos diplomáticos, onde altos comerciantes portugueses solicitavam indenização de suas perdas ao governo brasileiro após o acordo de independência assinado em 1825 (RIBEIRO, 2002). Além disso, os estudos de Ribeiro se complementam mais recentemente com suas pesquisas acerca das disputas jornalísticas

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

entre liberais e conservadores e todas as suas nuances de ideários federalistas, que anunciavam ou promoviam levantes e insurreições com fundamentos em interpretações constitucionais e legais díspares, numa retórica e linguagens novas e criativas. É o que se percebe em estudos como o organizado por Glayds Ribeiro e Tânia Ferreira na coletânea sugestivamente intitulada de *Linguagens e as práticas da cidadania no século XIX* (RIBEIRO & FERREIRA, 2010). Nela autores e jornalistas – dentro e fora do centro de poder na Corte carioca – defendiam ou criticavam levantes que estouravam internamente ao Império nascente e que nestes estudos dão hoje um tom diferente à sua constituição.

Sugestivo ainda é o livro de Marco Morel sobre o nascimento de uma imprensa moderna no período entre o primeiro e o segundo reinado Imperial. Analisando as transformações do espaço público carioca, o autor vê surgir na imprensa da Corte e se expandir pelo Império uma renovada imprensa, fruto de novas sociabilidades políticas neste cenário de disputas entre um novo e um velho modelo de governar, de pautar os debates pelo parlamento e pelas ruas, de discutir cidadania e liberdades antes nunca imaginadas. Por fim um Império que nascia no seio de outras tantas tentativas de possíveis “independências” internas, ou de guerras civis e não eram somente “levantes”, “rebeliões” ou “motins” como por muito tempo interpretavam os historiadores mais clássicos. Eram palavras forjadas em um contexto focado em “edificar uma nação após a Revolução Francesa”. Por fim, pensava-se em formar uma opinião que embora dialogasse com o Rei, este não mais estava acima dos homens que por sua vez precisavam decidir a construção da moderna noção de “opinião pública” (MOREL, 2016).

Para o caso do Pará (e mesmo para o da Amazônia brasileira como um todo) alguns estudos foram fundamentais para o debate sobre a questão identitária e da independência. Um mapeamento significativo deles pode ser visto no trabalho de tese de André Machado, o qual revisitou e deu um sentido político e social à historiografia local. Primeiramente analisou os trabalhos clássicos do século XIX como os estudos de Antonio Ladislau Monteiro Baena e Domingos Antonio Raiol, para os quais a Independência no Pará teria sido fruto do “jogo político” e do “embate entre diversos grupos defensores de projetos políticos distintos”. Tratava-se então de adesão a um novo projeto de Império, que – em suas reconfigurações – teria desembocado na junção da atual Amazônia com o Brasil em meio a fissuras e levantes múltiplos (MACHADO, 2006, p. 20).

Na sequência Machado analisa a obra clássica republicana de João de Palma Muniz a partir do estudo de Aldrin Figueiredo avaliando a imensa polêmica que se seguiu a ela nos anos modernistas de 1920. Solidificava-se neste momento o significado para o termo “adesão do Pará à Independência” num apagamento das guerras e lutas para sua conquista e na produção complexa de “heróis” como o inglês John Pascoe Grenfell, o qual – simultaneamente – foi o homem que impôs a junção do Pará com o Brasil, mas também logo após este ato acabou mandando fuzilar e depois promover a morte de mais de 250 militares paraenses que se levantaram patrioticamente solicitando igualdade de promoções e de soldos entre portugueses e brasileiros (MACHADO, 2006, p. 23).

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

De forma mais contemporânea, Machado recupera as obras de Geraldo Mártires Coelho e de José Alves de Souza Júnior, os quais – em que pese as diferenças de análises – percebem que a contraposição simples entre colônia e metrópole não seria suficiente para entender o complexo processo de separação política entre Portugal e o Pará e sua junção ao Brasil. Neste sentido estes dois autores já fazem parte do processo de redimensionamento historiográfico instaurado nos anos de 1990 e aqui já descrito. Analisando a questão pelo mundo dos impressos e dos letrados, Coelho teria percebido nos livros fundamentais da historiografia paraense e, sobretudo no primeiro jornal impresso no Pará (*O Paraense*) o imenso impacto do vintismo e do liberalismo português no caso do Pará. Para este autor, todavia, este projeto não se confundiria localmente com um “desejo de emancipação ou de manutenção dos laços coloniais”. Neste sentido o Pará demorou a se declarar pela causa do Brasil e os laços portugueses foram mais sólidos do que em boa parte do restante do Brasil. (MACHADO, 2006, p. 25).

No segundo caso, para Machado, a análise de SOUZA JÚNIOR (1997) é percebida como um estudo dos diferentes projetos políticos e dos interesses econômicos enunciados no Pará entre a eclosão do liberalismo vintista e o início do debate sobre a independência que se seguiu. Centrado na figura chave de Felipe Alberto Maciel Patroni – mas não restrito a ela – Souza Júnior teria desnudado as dificuldades ideológicas anunciadas e vividas no processo de emancipação política no Pará. Economicamente o Pará perdia muito com a separação de Portugal, contudo perdia ainda mais com a adesão à causa carioca. Assim se configurava uma difícil e incompleta adesão à causa brasileira, mesmo que com a manutenção dos privilégios políticos e econômicos a uma elite portuguesa que pelo norte do Brasil permaneceu. Esta mudança institucional no centro do comando com a permanência no poder da elite portuguesa local seria a chave para a compreensão das sangrentas batalhas dos anos vinte e trinta do século XIX e até mesmo para a eclosão cabana em 1835-1840. (MACHADO, 2006, p. 26).

Percebendo a necessidade de sair um pouco da temporalidade imediatamente anterior aos anos de 1820 e ao vintismo – proposta já encaminhada por Geraldo Coelho – a ideia de Machado foi analisar o processo de independência mais dentro da temporalidade dos anos de 1823 até 1825. Buscava compreender a chamada “divisão profunda” da sociedade paraense, em meio a uma crise ultramarina e política das duas Cortes em Lisboa e no Rio de Janeiro. Alinhado aos posicionamentos renovados de István Jancsó, o estudo de André Machado, somado ao de Gerado Coelho e o de José Alves de Souza Júnior ressignificaram a historiografia local, abrindo caminhos para repensar a questão da independência local sobre olhares mais amplos do que os de colonos em luta genérica contra a metrópole. Mostrou Machado que o Pará se inseria em debates maiores do chamado “Antigo Regime português” e que sua inserção na nação brasileira foi um processo muito mais demorado e complexo do que o que pode ser percebido nos anos de 1820. Para Machado haveria uma chamada “deficiência” ou carência de normas legais e uma enorme distância física que afastava o Pará e os paraenses tidos por “cidadãos” do rol mais central da política institucional da Corte carioca na formação do Estado Nacional que nascia no Brasil dos anos de 1820.

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

Em que pese o conflito entre o Pará e o atual Amazonas sobre a autonomia institucional desta segunda grande parte mais antiga da Amazônia brasileira nos anos da independência; a antiga “província” do Rio Negro<sup>8</sup> viveu um processo político e identitário parecido com o vivido pelas “gentes” do antigo Grão-Pará. Com analisou Victor Gregório, também ocorreu no Amazonas o nascimento de um sentimento de esquecimento e até de desprezo institucional e de interesses comerciais entre a nova Corte do Brasil no Rio de Janeiro e os distantes homens cidadãos da imensa calha dos Rios Amazonas e mais para as cabeceiras do rio Solimões e rio Negro. Neste sentido a antiga Barra do Rio Negro nutria ainda um inconformismo com os políticos e comerciantes do Pará, constituindo-se uma identidade local duplamente cingida e com múltiplos ressentimentos continuados até, pelo menos, seu processo final de separação do Pará ocorrido já na segunda metade do século XIX. (GREGÓRIO, 2008).

Ainda vale a pena discutir que vários outros estudos ampliaram e redimensionaram temáticas e gentes diversas no contexto desta adesão do Pará. Adilson Júnior Ishiara Brito, relacionou-o a guerra das fronteiras norte da América do Sul, especialmente aquela com a Espanha com os movimentos sociais internos e as defesas a ele dentro do antigo Grão-Pará no período de 1750 a 1820. Um dos pontos mais marcantes do estudo de Brito insere-se na ampla pesquisa documental reveladora do processo de aprendizagem política dos povos fronteiriços, aprendizagem esta que os levou a migrar para fora ou para dentro do território amazônico do atual Brasil nas idas e vindas políticas entre o mundo lusitano e hispânico da América. (BRITO, 2016).

Na maioria deste estes atuais estudos (e são muitos os que não terei aqui chance de mencionar), a chave mestra da compreensão deste processo de formação do Estado nacional e do início dos conflitos identitários no Pará e no Amazonas permanece praticamente a mesma, a saber, o problema identitário dos portugueses/brasileiros em meio a um processo em que os lusitanos (ou sua linhagem) permaneceram no poder no Grão-Pará, Rio Negro e Amazonas, mesmo depois da adesão à Independência.

A esta manutenção do poder político se somava a do poder econômico. Ambas as manutenções seriam as molas propulsoras dos conflitos dos anos de 1820 e 1830 no antigo Grão-Pará para estes últimos estudos. A estas molas se sobrepunham os debates políticos e parlamentares em torno do federalismo e estava montado o cenário da guerra cabana e de tantas outras do chamado “período Regencial”. Todas estas mudanças redimensionaram os estudos sobre o papel do antigo Grão-Pará dentro de um momento imediatamente anterior à Independência do Brasil, voltando-se sobremaneira para o contexto de 1808 e da mudança da Corte para o Rio de Janeiro, ou imediatamente na sua sequência no chamado período regencial e suas lutas frustradas por autonomia e mais liberdades. Todavia, o presente estudo trabalhará numa duração temporal mais ampla.

Ele se insere neste campo historiográfico de novas fronteiras que tende a perceber a antiga espacialidade do Grão-Pará e suas “gentes” a partir de uma visão mais alargada temporalmente. Todavia, meu foco aqui é menos um debate sobre a elite local no vintismo e na adesão, como já o fizeram Coelho e

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

Machado. Menos ainda discutir as manutenções dos privilégios econômicos, como, com propriedade, o fez Sousa Júnior. Embora perceba a importância de se estudar as fronteiras, estou também longe dos pormenores de trânsito fronteiriço pensado por Brito. Meu problema é como chegar até estas “gentes” e as suas lutas e resistências mais duradouras e seus significados para a liberdade de patriotismo.

Meu campo de estudos objetiva compreender que estas noções e significados remontam a uma duração mais longa. Voltam-se para um problema tratado em 1819 pelo bispo de Elvas último inquisidor de Portugal, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Este letrado e homem de estado configurou seu tempo instaurado logo após a derrota Napoleônica de um momento em que as regras políticas e diplomáticas do Antigo Regime se deterioravam e no qual mesmo com a derrota física dos franceses, todos permaneciam em outro conflito que o bispo de Elvas denominou de a “guerra das coisas com as palavras”(AZEREDO COUTINHO, Bispo de Elvas, 1819, p. 20-21). Tratava-se de uma guerra ideológica que combatia as bases escravistas e morais-cristãs que sustentaram por longa data o Império Ultramarino lusitano. Para entender a luta cabana e a independência no Pará primeiramente é necessário compreender a luta intelectual e ideológica dos letrados lusitanos (e daqueles no antigo Grão-Pará) contra os franceses. Esta luta teve também uma faceta prática que os fez identificar e rever as estratégias e os chamados “usos” sociais e políticos das “gentes” universais. Sobre ela tratou o bispo do Pará, D. Manoel de Almeida Carvalho em uma pastoral pela conquista de Caiena em 1809 no Grão-Pará<sup>9</sup>. Este prelado identificou que o sucesso desta guerra dependia diretamente de um trégua interna. Argumentava em prol de uma aliança anterior entre os homens da igreja e do Estado.

Esta política havia nascido no Pará fazia alguns anos e dela foi gestada a norma legal da Carta Régia de 12 de maio de 1798, que abolia o controle dos indígenas da mão de antigos diretores e os colocava no controle direto do Estado e do trabalho nos chamados “serviços Régios”. Primeiramente se fizeram recrutamentos militares (tropas de linha) destinados a engrossar as fileiras para consertar fortes e fortalezas, fazer o policiamento marítimo das desembocadura dos principais rios, que podiam ser alvo de ataques franceses. Ainda recrutou-se oficiais e baixa patente e muitos indígenas para espionar o que havia de movimentação dos franceses nas fronteiras (RICCI, 2021, p. 640-682). Deste trabalho, do qual homens como o líder cabano Domingos Antonio fizeram parte, somou-se outros que agregaram um rol de recrutados bem maior.

Este segundo tipo de recrutamento tinha por finalidade sustentar as tropas do Pará em defesa das fronteira, mas também serviu para abastecer com embalagens feitas a partir de fibras e madeiras de lei as tropas e a marinha de guerra e comercial de Portugal (RICCI, 2021, p. 918-962). Os diferentes povos originários ou “gentes” do Pará (entre eles indígenas os mais diversos, mestiços e negros), tiveram que se engajar em todo tipo de trabalho. Os principais foram: o trabalho no Arsenal marinha de Belém, onde construíram na reformaram embarcações comerciais ou guerra. Também as mulheres, idosos e crianças que permaneciam nas vilas e aldeias eram obrigadas a enfrentar uma dura labuta cotidiana. Elas plantavam

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

macaxeira para fazer farinhas, ou ainda praticavam pescarias. Esta atividade pesqueira era mais ampla e penosa nos pesqueiros Régios, sendo o maior deles localizado em Monforte no complexo arquipélago do Marajó. Muitos homens ainda viviam dias atribulados nas fazendas Régias de gado no Marajó e em Roraima, onde normalmente preponderava o trabalhador negro.

Já povos indígenas inteiros, mestiços e negros também faziam o árduo trabalho de derrubada de grossos troncos de madeira e passavam longas jornadas de trabalho nas muitas serralherias chamadas então de “fábricas de madeiras”, que forneciam matéria prima para o Arsenal de marinha de Belém e para alguns outros estaleiros menores. Este derrubar de matas foi mais comum nas imediações de Belém (rios Acará e Moju), mas, muitas vezes a zona de extração se estendia também por muitos territórios mais interioranos, fosse na região do salgado na costa do Pará e o Maranhão, ou ainda pelos complexo de rios Araguaia Tocantins no caminho do atual estado do Tocantins e no de Goiás, ou ainda penetrando rio Amazonas acima na região de Santarém, indo até a fortaleza da Barra, atual cidade de Manaus, capital do Amazonas (RICCI, 2021, p. 963-1071).

Entre 1809 e 1817, com o aumento de tropas e mais o sustento de Caiena aos cofres da Junta da Fazenda do Grão-Pará, que o sistema misto de dízimo das farinhas/viveres e do pagamento parcial dos soldos no Pará colapsou de vez. A volta de Caiena em 1818 piorou enormemente este rombo no cofre público local com muitos militares que retornavam da Guiana. Ainda é preciso recuperar, que, depois de 1818, foi finalmente implantado o regimento de cavalaria no Marajó, do qual o primeiro comandante era o próprio governador, constituindo-se a elite militar local e igualmente sustentado pela Junta da Fazenda do Pará. A crise política e a econômica tornou insuportável a vida dos soldados e militares, sobretudo os de baixa patente no antigo Grão-Pará. Eles deixaram de receber até sua parte de alimentos e não conseguiram mais receber seus soldos, que, definitivamente, se transformaram ou em “pecúlio” e atribuídos como herança em inventários, ou em questionamentos e súplicas à Corte carioca, como bem recupera o militar e letrado Antonio Ladislau Monteiro Baena. (BAENA, 1838, p. 445). Só como um exemplo do problema, recupero que nem ao menos os oficiais, retornados de Caiena como heróis de guerra, foram mais bem remunerados ou “distinguidos”.

Um deles, o oficial Luís Caetano Leirós Andrade e Castro escreveu à Corte no Rio em 1821, reclamando de sua situação. Sua trajetória exemplifica os grandes deslocamentos destes oficiais e a gravidade do problema da carência de reconhecimento nos anos de 1820 no Grão-Pará. Castro escreveu que ele havia acompanhado “Vossa Majestade e toda a sua família para a Corte do Rio de Janeiro em 1808”. Chegado ao Rio se ofereceu para embarcar no “Bergantim de guerra denominado Voador na qualidade de cabo de esquadra” que seguia “viagem para o Pará com escala pela Bahia e Maranhão”. Em Belém esteve na revista que no porto se teria passado a “todas as forças navais ali estacionadas com o exército para a Costa das colônias de Caiena e Guiana Francesa, onde o exército português desembarcou”. Relatava que em Caiena

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

“felizmente no prazo de 8 dias se viu o exército senhor das referidas colônias tão invencíveis”. Contava ainda que aquele momento se marcou como...

...uma ação de tanta honra para os vassallos de Vossa Majestade, pois não consta que no tempo das guerras de Portugal tivesse uma ação como esta, e ser Portugal conquistado, e presidir uma colônia de um inimigo tão poderoso, onde o suplicante o [ilegível] todos os seus [camaradas]. (Requerimento de Luís Caetano de Leirós e Castro para o rei D. João VI em 6 de setembro de 1821. *AHU, ACL, CU 013, Cx. 151. Doc. 11659*).

Este oficial percebia a tomada de Caiena como um exemplo único de uma conquista feita por uma nação cujo território europeu estava tomado pelo inimigo francês, mas que, mesmo neste estado, havia tomado a este inimigo sua colônia no ultramar. No entanto, Luís Caetano de Leirós e Castro queixava-se da distinção que houve entre os méritos dos oficiais planejadores e os que lutaram para expulsar os franceses de Portugal e aqueles que efetivamente atuaram presencialmente no território inimigo da Guiana Francesa e por lá viveram por longos anos.

Vossa Majestade determinou para conceder ao Exército de Portugal uma medalha a qual serve de distintiva para os vassallos de Vossa Majestade que fizeram a Campanha, muito melhor pertença ao Suplicante e seus camaradas que assistiram a dita Conquista visto que Portugal se entrou no Congresso com as mais Nações, foi em vista de ser tão gloriosa a Batalha que de tanta maneira será para a Nação portuguesa a glória de Vossa Majestade (Requerimento de Luís Caetano de Leirós e Castro para o rei D. João VI em 6 de setembro de 1821. *AHU, ACL, CU 013, Cx. 151. Doc. 11659*).

Leirós e Castro reclamava que a conquista de Caiena teria levado os portugueses para a mesa de negociação e para o Congresso internacional de paz após a derrocada Napoleônica, mas as medalhas foram dadas para os que “fizeram a Campanha” e não para os que a assistiram. Por fim Castro pedia medalhas de ouro aos oficiais de patente e de prata aos oficiais inferiores, pois estes “foram os heróis conquistadores das colônias de Caiena e Guiana Francesa”. Fazia este pedido à Lisboa, ao seu velho rei retornado D. João VI. Castro estava no Grão-Pará desde 1808 e lutara em Caiena. Seu monarca era o antigo Príncipe Regente que ele viu se elevar à rei depois do falecimento de D. Maria I. O retorno à Lisboa do antigo rei certamente dava esperanças de mudanças positivas a este oficialato radicado e crescido em número em Belém, Caiena ou em vilas maiores do Grão-Pará. Os anos que seguiram, todavia, foram bem complicados...

Oficiais insatisfeitos: tropas mais ainda. Quando as tropas saídas de Belém em 1809 para a tomada de Caiena voltaram ao Pará em 1818, os povos locais mais expropriados começaram a lutar pelo fim dos trabalhos forçados nos pesqueiros, fábricas de madeiras e fazendas de gado. Ansiavam pelo fim da economia de guerra que pela região havia sido implantada desde 1793-95. Entretanto, longe disso tudo ser abolido, as turbulentas décadas de 1820 e 1830 reservaram mais lutas, mais recrutamentos e mais trabalhos forçados para os povos do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. Assim o movimento cabano de 1835-1840 não é um fruto de lutas anticoloniais genéricas, ou de lutas contra brancos ou portugueses anônimos. Tampouco os cabanos não lutaram somente como uma consequênciainédita das disputas políticas e sociais estabelecidas na Corte no Rio de Janeiro. Aqui não nego a importância dos problemas vindos do processo desastroso da

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

independência. Foram relevantes problemas como o reconhecimento do Estado brasileiro em 1825, o endividamento crescente do Império entre 1822 e 1831, ou a imensa instabilidade política e social depois da abdicação de Pedro I em abril de 1831. Todavia o patriotismo cabano tinha raízes mais profundas e estes problemas só agravaram um quadro bem maior e anterior.

As lutas dos cabanos são muito concretas, sendo frutos de disputas por liberdades de locomoção e de trabalho, lutas pelo fim das censuras e em prol da liberdade de expressão e, sobretudo, eles travaram uma luta pela valorização dos saberes e formas de viver tradicionais: uma luta pelos usos costumeiros das terras, das matas e dos rios. Depois da abdicação de Pedro I e depois do ato adicional de 1833, muitos dos povos da Amazônia brasileira acreditavam que teriam alcançado o compatriotismo e a cidadania, mesmo que nos limites da constituição de 1824 e de seu ato adicional. No entanto, sentiram-se traídos com a derrota cabana entre 1836 e 1840. Derrotados politicamente, os povos que fizeram a cabanagem foram novamente recrutados e trabalharam de forma forçada em corpos chamados “de trabalhadores”. Hoje, mais do que nunca é preciso fazer a história da independência e da cabanagem considerando centralmente estas longas lutas dos povos locais e o apagamento que por muito tempo se impôs a elas. Se hoje há saberes nativos, povos das florestas e matas, conhecimentos sobre os usos sociais e culturais da natureza amazônica, tudo isso devemos às lutas ancestrais destes povos. Se hoje a Amazônia brasileira é local de uma gigantesca mistura de línguas e de identidades étnicas e culturais, tudo isso vem do passado de guerra que estes povos travaram para manterem-se vivos, identificados e soberanos. A face da escrita desta história deve conter muitos rostos, cores e línguas. Da independência nacional e da Amazônia até hoje foram duzentos anos e esta guerra da escrita da história mais ampla (e feita por estes povos) só está começando. Espero que muitos se engajem nela.

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

### REFERÊNCIAS CITADAS

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Prefácio. Uma Sociologia do desterro intelectual”. In: FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010, p. 09-23.
- AZEREDO COUTINHO, D. José Joaquim da Cunha Azeredo, Bispo de Elvas. *Coleção de alguns manuscritos curiosos do Exmo. Bispo de Elvas depois inquisidor geral dos quais posto que já se tenham publicados alguns no periódico denominado de O Investigador Português*. Londres: Impresso por L. Thompson, 1819.
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Pará: Tipografia Santos e Santos, 1838.
- BARATA, Mário. Poder e independência no Grão-Pará (1820-23). Gênese, estrutura e fatos de um conflito político. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.
- BARRIGA, Letícia Pereira. Entre Leis e Baionetas: Independência e Cabanagem no Médio Amazonas (1808-1840), *Dissertação de mestrado, PPHIST-UFGA*, Belém: 2014.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato. Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec. 2010.
- BRITO, Adilson Júnior Ishihara. Insubordinados sertões: o Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – Estado do Grão-Pará, 1750-1820. *Tese de doutoramento em história social-USP-SP*. São Paulo: 2016.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *La Guyane française (1715-1817): Aspects économiques et sociaux*. Petit-Bourg (Guadeloupe): Ibis Rouge, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. A tomada de Caiena vista do lado francês. *Revista Navigator*. vol. 06, Nº 11, 2010, p. 13-23. [http://revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11\\_dossie2.pdf](http://revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie2.pdf). Acesso em 02 03 2023.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1977.
- CARVALHO, D. Manuel de Almeida (Bispo do Pará). *Pastoral do Bispo do Pará, publicada no dia em que se celebrou missa pontifical com Te Deum Laudamus em ação de graças pela conquista de Caiena e restauração de Portugal. & Edital de D. Manoel de Almeida de Carvalho de 4 de novembro de 1808 & Edital de D. Manoel de Almeida Carvalho de 16 de dezembro de 1808*. Lisboa: Oficina Nunesiana, 1809.
- CLEARY, David (org.). *Cabanagem: documentos ingleses*. Belém: Secult/IOE, 2002.
- CORDEIRO, Thailana de Jesus. A suspensão constitucional no Pará com a Lei nº 26 de 22 de setembro de 1835 e as medidas para a repressão aos cabanos (1835-1840). *Dissertação de mestrado, PPHIST-UFGA*, Belém: 2018.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

- FERNANDES, Florestan. *A integração dos negros na sociedade de classes*. São Paulo: Dominos, 1965.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 176-195 Link: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a10.pdf> Acessado em 07 01 2021.
- FRANCO, Maria Sylvia da Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: 2ª edição, Unesp, 1997.
- FULLER, Claudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). *Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 6, 2011, p. 52-66.
- FURTADO, João Victor da Silva. Na estrada para a cadeia de São José: reforma prisional na Belém do Oitocentos (1830-1850). *Dissertação de mestrado, PPHIST-UFPA*, Belém: 2020.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Resenha. A interiorização da metrópole e outros estudos. *Revista Almanak Braziliense*. Nº 02, Novembro 2005, p. 128-131. Link: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/viewFile/63822/66583> Acesso 01 03 2023.
- GREGÓRIO, Vitor Marcos. Dividindo o Grão-Pará: os debates para a criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828. *Almanack*. Guarulhos, Nº 1, p.137-152, 1º semestre 2011. Link: <https://www.scielo.br/pdf/alm/n1/2236-4633-alm-01-00137.pdf> Acesso em 03 03 2023.
- HESPANHA, António Manuel & SILVA, Ana Cristina Nogueira da. A Identidade Portuguesa, In: MATTOSO, José. *História de Portugal: o antigo regime volume IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 19-37.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial, sua desagregação. In Holanda, Sérgio Buarque de (dir) *História geral da civilização brasileira*. Tomo II, volume I, São Paulo: DIFEL, 1962, p. 9-39.
- HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. Campinas: UNICAMP, 2018.
- JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império: História do Ensaio de Sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec/Salvador: EDUFBA, 1996.
- JANCSÓ, István(org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- JANCSÓ, István& PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): formação e histórias*. São Paulo: Senac, 2000, p.127-175.
- KRAAY, Hendrik. (ed.) *Afro-Brazilian Culture and Politics, Bahia, 1790 to 1990s*. Nova York: M. E. Sharpe, 1998.
- KRAAY, Hendrik. Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850). *Topoi*, Rio de Janeiro: set. 2001, p. 63-90.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil : bastidores da política, 1798-1822*.Rio de Janeiro : Sette Letras, 1994.
- MAC FARLANE, Anthony. *The British in the Americas, 1480-1815*.London/New York: Routledge, 2014.
- MALERBA, Jurandir. *A Independência do Brasil. Novas dimensões*, Rio de Janeiro; Ed. FGV, 2006.
- MACHADO, André Roberto de Arruda. A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-25). *Tese de Doutorado- FFLCH-USP*. São Paulo: 2006.

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

- MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso. A revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARSON, Izabel Andrade. “Antigo regime, feudalismo, *latifúndia*, servidão, escravidão”: diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre “inconclusão” da nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX). *Revista de História - edição especial* (2010), p. 165-186.
- MEDEIROS, Vera B. Allarcon. Incompreensível colosso. A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850). *Tese doutorado – Programa Estado e Sociedade na América e África. Universidade de Barcelona*, Barcelona: 2006.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)*. 2ª edição, São Paulo: Paco Editorial, 2016 (1ª edição, Hucitec, 2005).
- MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. 2ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à independência e outros ensaios*. 2ª edição, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973 (1ª edição, 1923).
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.
- NEVES, Lucia Bastos P.; FERREIRA, Fátima Sá e Melo & NEVES, Guilherme Pereira das (Orgs.). *Linguagens da identidade e da diferença no mundo Ibero-americano (1750-1890)* Jundiá: Paco Editorial, 2018.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzine Sales de. *A astúcia liberal. Relações de mercado e projeto políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF-ICONE, 1999.
- PANTOJA, Ana Renata do Rosario de Lima. *Terra de Revolta: campesinato, experiências socioculturais e memórias cabanas entre a voz e a letra*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2014.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castelo de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem. Tese de doctorado PPG-PUC-SP*, São Paulo: 1998.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. Manaus: Editora Valer, 2001.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 6ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1961 (1ª edição 1942).
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- RIBEIRO, Gladys Sabina & FERREIRA, Tânia Maria Tavares da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém: vol. 4, T. I, 2001, p. 241-274. Link: [https://www.academia.edu/43479238/Do\\_sentido\\_aos\\_significados](https://www.academia.edu/43479238/Do_sentido_aos_significados) Acesso em 03 03 2023.
- RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problemado patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro: vol. 11, 2006, p. 15-40. Link: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ZX5z5skg9g7YyC47qtn533N/abstract/?lang=pt> Acesso em 03 03 2023.

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

- RICCI, Magda. Llagas de guerra y actos de fe política: la cabanagem en la narrativa historiográfica y antropológica. *Boletín Americanista*, Año LXII. 1, n.º 64, Barcelona, 2012, p. 33-57. Link. <https://revistes.ub.edu/index.php/BoletinAmericanista/article/view/13633> Acesso em 03/03/2023
- RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: Outro lado de uma revolução (1835-1840). In: Motta, Márcia & ZARTH, Paulo (orgs.). *Formas de resistência camponesa. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, vol. 1, 2008, p. 153-170.
- RICCI, Magda. As batalhas da memória ou a cabanagem para além da guerra. In SARGES, Maria de Nazaré & RICCI, Magda (orgs.). *Os oitocentos na Amazônia. Política, trabalho e cultura*. 2ª edição. Belém: Editora Açai, 2013, p. 45-80. (1ª edição, 2012).
- RICCI, Magda. Capítulo 3 – A chave do Império, os homens dos dízimos e os usos do trabalho no Grão-Pará. A revolução geral das coisas e o florescer do “direito das gentes”. Grão-Pará (1790-1809). *Tese de Livre Docência – Universidade Federal do Pará*, Belém, 2021, p. 317-548.
- RODRIGUES, José Damião. *O Atlântico revolucionário circulação de ideias e de elites no final do Antigo regime*. São Miguel. Açores: Porta Delgada, 2012.
- SALLES, Vicente. *Memória bibliográfica do Grão-Pará – Cabanagem*. Brasília: Micro Edição do Autor, Belém: 2005.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. Entre trajetórias e impérios: apontamentos de cultura política e historiografia. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 27, p. 36-58, 2009.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (Sécs. XVII ao XIX)*. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 2001.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823). *Dissertação de Mestrado. UNICAMP/IFCH*. Campinas: 1997.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 5ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>1</sup> A cabanagem, explodiu em 7 de janeiro de 1835 e, entre idas e vindas, os cabanos permaneceram no poder em Belém do Pará até 13 de maio de 1836. Eles aclamaram três líderes máximos: Felix Antonio Clemente Malcher (Monte Alegre-PA, 1772 – Belém-PA, 20 de fevereiro de 1835), Francisco Pedro Vinagre (Belém-PA, 1793 – Belém-PA, 1873) e Eduardo Nogueira Angelim (Aracati-CE, 6 de julho de 1814 — Barcarena/Belém-PA, 20 de julho de 1882) (RICCI, 2006, p.5-30). Para aprofundamento sobre o movimento, existem importantes balanços bibliográficos. Com enfoques diferentes, o balanço mais recente foi escrito por Mark Harris (2018). Este autor considera, com propriedade, os estudos produzidos pelos brasilianistas, além de oferecer dados precisos para um papel bastante significativo de autores e trabalhos publicados no Brasil sobre o tema. Balanços como o elaborado por Luís BalkarPinheiro (2001) também têm especial mérito em resgatar autores amazonenses, desconhecidos do grande público. Eu mesma produzi dois balanços, um primeiro em que analiso os principais autores que produziram histórias sobre os cabanos a partir do Pará (RICCI, 2001) e um segundo mais amplo (RICCI, 2012). Ainda é essencial destacar o criterioso levantamento bibliográfico de Vicente Salles (2005), que contempla 202 obras, entre livros e artigos, seguidos por verbetes em que vários autores e temas da cabanagem são comentados. Este estudo oferece, sem dúvida, o mais completo mapeamento bibliográfico sobre o tema.

<sup>2</sup> Este processo é mais amplo, como já analisaram Jancsó e Pimenta. Para os autores este processo deveria ser estudado sua simultaneidade, como o montar de um mosaico que se formava entre idas e vindas entre o Rio de Janeiro e as

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

províncias. No entanto, é notória a “interferência” do processo centrípeta paulista e carioca na maior parte dos estudos sobre o processo da independência (JANCSÓ, & PIMENTA, 2000, p.127-175).

<sup>3</sup> Notório para o estudo da dificuldade de digerir todo este processo é o caso da disputa interior ao *Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, ocorrida em 1922-23 e que foi debatida a miúdo por Aldrin Moura de Figueiredo no artigo intitulado de “Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923” (FIGUEIREDO, 2009, p. 176-195).

<sup>4</sup> Após a saída de Eduardo Angelim de Belém, em maio de 1836, o movimento cabano espalhou-se por toda a Amazônia e regiões fronteiriças, momento no qual várias lideranças – sobretudo quilombolas e indígenas – sobressaíram. Neste momento organizou-se um grande movimento de resistência no médio Amazonas (RICCI, 2008, p. 153-170), que se concentrou em um local chave para a história e a memória conhecido como ponto do Ecuipiranga (BARRIGA, 2014 e PANTOJA, 2014). Por outro lado, a repressão iniciada após a retomada de Belém em maio de 1836 ampliou-se entre 1837 e 1838, enchendo as cadeias e, especialmente, os porões de um navio icônico chamado Defensora (PINHEIRO, 1998 e FURTADO, 2020). Igualmente crises epidêmicas e de fome, perseguições políticas, recrutamentos e trabalhos forçados nos Corpos de trabalhadores (FULLER, 2011, p.52-66), fizeram os cabanos interioranos fugirem para regiões cada vez mais distantes. Os últimos grupos numericamente significativos se entregaram no Oiapoque por volta de 1840, momento em que foi decretada uma primeira anistia.

<sup>5</sup> Este estudo de Dias foi originalmente publicado em uma coletânea de textos organizada por Carlos Guilherme Mota em 1972 (MOTA, 1986, p. 160-184). Nesta reedição aqui utilizada foram incorporados mais dois outros textos publicados entre 1968 e 1976 e que abordam a mesma questão da intelectualidade letrada ou ilustrada luso-brasiliense neste momento da independência. Já a edição de 1972 era fruto de um intenso e renovador debate que se travou nos anos finais da década de 1960 na qual vieram a luz teses importantes de brasilianistas como Kenneth Maxwell e Dauril Alden. Para uma análise deste contexto ver resenha da obra de Dias feita por Maria de Fátima Silva Gouvêa na *Revista Almanak Braziliense*(GOUVÊA, 2005, p. 128-131).

<sup>6</sup> Mesmo em artigo mais recente sobre a relação econômica e social entre a Guiana Francesa e o Brasil Cardoso repetiu os mesmos argumentos. “Tanto a Guiana Francesa quanto o Pará eram áreas periféricas nos respectivos Impérios coloniais. Tinham em comum o clima equatorial, a forte pluviosidade, a cobertura majoritariamente florestal, a importância dos rios para a colonização e, em termos gerais, um meio ambiente que opunha grandes dificuldades ao povoamento e à economia coloniais, em um contexto de escassez de capitais” (CARDOSO, 2010, p.14).

<sup>7</sup> Posso acrescentar que a autora – próxima ao modelo traçado por Sérgio Buarque de Holanda – preocupava-se em analisar o pensamento ilustrado de cunho literário, científico e político, como em seu trabalho sobre Robert Southey (DIAS, 1974) e o processo por ela denominado de “interiorização da metrópole” que já destaquei na introdução deste meu estudo, demonstrando que houve um distanciamento pensamento entre ilustração/liberalismo e independência/romantismo, corroborando a tese da longa “herança colonial” defendida por Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1962, p.9-39).

<sup>8</sup> Aqui vale recuperar que houve explicações históricas e historiográficas que se sobrepuseram sobre a emancipação entre a Capitania/Província do Pará e a do Rio Negro entre os anos de 1820 e 1830. O rio Negro foi emancipado na época do Marquês de Pombal, mas no final do século XVIII já não era mais autônomo, voltando para a jurisdição administrativa do antigo Grão-Pará. Autores como André Machado (2006) e Márcia Regina Berbel (2010) perceberam uma tentativa de autonomia durante a convocação para as Cortes de Lisboa em 1820. Eles, todavia, não se aprofundaram nesta questão, já que o deputado eleito para ir à Lisboa não havia se apresentado de pronto. Vitor Marcos Gregório (2011, p.137-152) e Vera B. Alarcon Medeiros (2006, p. 261), todavia, estudando mais especificamente o tema da capitania do Rio Negro nas atas das Cortes, perceberam a ida tardia deste deputado em separado e a sua assinatura no documento final ali produzido corroborava a validade de sua presença e seu juramento constitucional. Em 1823, com a adesão do Pará à causa carioca e depois com a Constituinte do Rio de Janeiro dissolvida, o documento legal para saber o estado institucional-administrativo do antigo Rio Negro voltou a ser assunto polêmico. A Constituição de 1824 rezava em seu segundo artigo que “O seu território é dividido em províncias, na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado.” O problema era a interpretação deste “atualmente”. Ele seria antes ou depois das finadas Cortes de Lisboa? O problema persistiu com solicitações vindas do Rio Negro pela sua declaração formal como província. A alegação era a de que se teria enviado um deputado à Lisboa em separado do Pará, e, assim o Rio Negro deveria ser autônomo, pois seu estado dito “atual” anterior à Independência do Brasil seria aquele instituído na convocação das Cortes de Lisboa. No entanto, este pleito por

## Da terra querida à pátria alcançada: os cabanos e os locais de esquecimento nos escritos sobre a Independência do Pará

---

emancipação administrativa não foi atendido imediatamente depois de 1824 e o Imperador Pedro I mandou apenas Presidente de Província ao Pará. Além disso, foi o primeiro Presidente de Província do Pará quem revogou o *status* de Província do Rio Negro. Finalmente, em 1833, o artigo 3.º do Código de Processo Criminal, mandava que o presidente da província do Pará dividisse a imensa extensão de terras do extremo norte brasileiro em Comarcas, confirmando o ato do antigo Presidente do Pará. O debate só irá ser revisto já no bojo da abertura da navegação do Amazonas aos estrangeiros em meados do século XIX, quando se formará a província do Amazonas.

<sup>9</sup>O bispo local, D. Manoel de Almeida Carvalho, não chegou a pegar em armas como Hipólito da Costa julgava ser possível aos clérigos e assim militava nas páginas do seu periódico *Correio Brasiliense*. Todavia usou da “arma” alegórica da escrita e redigiu ao menos três documentos que, de forma agrupada, conseguiu publicar na conturbada Lisboa de 1809. Eram dois editais escritos antes da tomada de Caiena e uma pastoral, redigida depois dela. Aqui menciono apenas esta pastoral (CARVALHO, 1809, p. 3-39).

Texto recebido em: 08/05/2023

Texto aprovado em: 01/06/2023